Parecer n.º 111/2023

Processo n.º 1009/2022

Entidade consulente: Câmara Municipal de Castanheira de Pêra

I - Factos e pedido

1. A Câmara Municipal de Castanheira de Pêra vem solicitar a emissão de parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) sobre o requerimento de (A.), que requer *«a reprodução e envio por correio eletrónico dos seguintes documentos,*

- Deliberações da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra que aprovaram a aquisição de imóveis da fábrica da Várzea, Castanheira de Pera, adquiridos à sociedade José Tomaz Henriques, Sucrs., Lda. e/ou a terceiros que, a qualquer título, os detivessem.

- Escrituras de aquisição dos imóveis acima indicados.

- Deliberações da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra que aprovaram a aquisição da maquinaria têxtil da fábrica da Várzea, Castanheira de Pera, adquiridos à sociedade José Tomaz Henriques, Sucrs., Lda. e/ou a terceiros que, a qualquer título, os detivessem.

- Comprovativos da aquisição de máquinas e de outros bens móveis acima indicados.

- Relação da maquinaria e bens adquiridos.

--Deliberações da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra que aprovaram as condições em que as máquinas e demais móveis adquiridos se mantivessem nas instalações industriais da fábrica da Várzea.

- Acordo/contrato/autorização ao abrigo do qual se encontra a referida maquinaria em pavilhões da fábrica da Várzea».

Na consulta refere ter *«dúvidas sobre a possibilidade de fornecimento dos documentos solicitados pela requerente, devido, nomeadamente, às exceções ao princípio da administração aberta, ao conceito de documentos nominativos e ao RGPD (...)*

Refira-se a propósito que, até ao momento, compulsados os elementos existentes nesta Câmara Municipal, não foi possível localizar os seguintes documentos solicitados: deliberações da Câmara (...) que aprovaram as

condições em que as máquinas e demais móveis adquiridos se mantivessem nas instalações industriais da fábrica da Varzea e acordo/contrato/autorização ao abrigo do qual se encontra a referida maquinaria em pavilhão da fábrica da Várzea.».

A final, junta diversa documentação para *«melhor esclarecimento do assunto»*, da qual consta, entre outras, que *«na sequência de deliberações anteriores sobre a efetivação de um projeto de constituição de um Museu Têxtil (...) de adquirir os bens imóveis pertencentes à falida (...)S.A (...) necessários aos indicados fins, bem como o património imobiliário da aludida sociedade (...)»*; atas camarárias; contratos de compra e venda em que a Câmara Municipal adquire bens imóveis e móveis/máquinas; bem como a doação de prédio urbano ao Município.

2. Foi junta a comunicação à requerente do pedido de parecer à CADA, bem como do pedido de acesso da requerente.

II - Apreciação Jurídica

1. Na circunstância, está em causa o acesso a deliberações da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra e a diversa documentação relativa à aquisição de bens móveis/máquinas e de bens imóveis de sociedade falida.
2. A consulente suscita dúvidas *«devido, nomeadamente, às exceções ao princípio da administração aberta, ao conceito de documentos nominativos e ao RGPD»*
3. A documentação solicitada subsume-se ao conceito de *«documento administrativo»*, na aceção do artigo 3, 1, a), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos (LADA), *«qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detido em nome dos órgãos e entidades»* a que se refere o artigo 4.º do diploma (em que se inclui a Câmara Municipal de Castanheira de Pêra - cf. artigo 4.º, 1, e)) *«seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a;/ i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos; / ii) Procedimentos de contratação*

pública, incluindo os contratos celebrados;/ iii) Gestão orçamental e financeira dos órgãos e entidades; (...)».

4. A regra em matéria de acesso a informação e documentação administrativa consta do artigo 5.º, 1, do mesmo diploma: *«Todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.»*.
5. Há, no entanto, restrições ao direito de acesso, que estão contempladas, em geral, no artigo 6.º da LADA, nelas se incluindo as que respeitam ao acesso a documentos nominativos.
6. Para efeitos da LADA, considera-se documento nominativo *«o documento que contenha dados pessoais, na aceção do regime jurídico de proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados»* [alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da LADA].
7. O acesso a documento nominativo encontra-se sujeito às restrições previstas nos n.ºs 5 e 9 do artigo 6.º da LADA: *«5 - Um terceiro só tem direito de acesso a documentos nominativos:/a) Se estiver munido de autorização escrita do titular dos dados que seja explícita e específica quanto à sua finalidade e quanto ao tipo de dados a que quer aceder;/b) Se demonstrar fundamentadamente ser titular de um interesse direto, pessoal, legítimo e constitucionalmente protegido suficientemente relevante, após ponderação, no quadro do princípio da proporcionalidade, de todos os direitos fundamentais em presença e do princípio da administração aberta, que justifique o acesso à informação./ [...]/ 9 - Sem prejuízo das ponderações previstas nos números anteriores, nos pedidos de acesso a documentos nominativos que não contenham dados pessoais que revelem a origem étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, a filiação sindical, dados genéticos, biométricos ou relativos à saúde, ou dados relativos à intimidade da vida privada, à vida sexual ou à orientação sexual de uma pessoa, presume-se, na falta de outro indicado pelo requerente, que o pedido se fundamenta no direito de acesso a documentos administrativos»*.

8. No caso, a documentação requerida é, no grosso, de uma forma geral, subsumível à regra de livre acesso prevista no já citado artigo 5.º, 1, da LADA.
9. Poderá, no entanto, existir em alguma da documentação, informação reservada, designadamente de natureza nominativa, e irrelevante à atividade administrativa. A verificar-se essa situação, que será residual, a documentação deverá ser facultada com expurgo dos elementos reservados, nos termos do artigo 6.º, n.º 8, da LADA.
10. No que respeita, em concreto, ao acesso ao nome dos intervenientes na outorga dos contratos.
11. Os contratos celebrados por entidades administrativas públicas não se encontram sob reserva de acesso.
12. A transparência exige que, por neles estarem envolvidas verbas públicas, possam ser conhecidos, a fim de que se saiba quais as opções tomadas.
13. Poderá, no entanto, neles haver dados que devam ser preservados do conhecimento alheio: não o nome (que é, neste caso, um elemento essencial à transparência), mas, outros dados pessoais irrelevantes para a validade dos contratos, por exemplo, os números do BI/CC; de identificação fiscal, a morada, os números de telefone e de telemóvel, que deverão ser objeto de expurgo, nos termos do artigo 6.º, n.º 8 da LADA.
14. No mais, caberá à entidade facultar o acesso ou justificar a recusa de acesso concretizando por que razão não poderá facultar o documento na sua integralidade.
15. Note-se que cada entidade só tem de facultar informação ou documentação que detenha ou possua, devendo informar da que não possua.
16. Face ao regime de acesso não tem, em regra, de produzir informação que não exista previamente, nem tem que solicitar a outras entidades informação de que não disponha - cf. artigo 13.º, n.º 6, da LADA.

III - Conclusão

- As atas de órgãos da Administração Pública são, em geral, subsumíveis à regra de livre acesso - cf. artigo 5.º, 1, da LADA;

- O conhecimento do nome dos intervenientes na outorga de contratos, seja na qualidade de parte ou de legal representante, é condição da clareza e transparência do negócio, pelo que, em regra, é livremente acessível.
- Informação de natureza reservada que exista na documentação solicitada deverá ser omitida, devendo ser sinalizada e justificada essa omissão;
- No quadro e limitações expostas deverá ser facultado o acesso à documentação existente e informado o requerente da que não exista.

Comunique-se.

Lisboa, 19 de abril de 2023

Francisco Lima (Relator) - João Dias Coelho - João Miranda - Fernanda Maças - Alexandre Sousa Pinheiro - Paulo Braga - Maria Cândida Oliveira - Alberto Oliveira (Presidente)